



**CRISE CAPITALISTA E JUVENTUDE** - as políticas públicas de inserção para jovens no mercado de trabalho na contemporaneidade.

**Vanderlei Cardoso da Rocha<sup>1</sup>**  
**Jefferson Bruno Corona<sup>2</sup>**

**RESUMO:** A proposta desse artigo é discutir a relação de jovens e sua inserção no mundo do trabalho na contemporaneidade frente a crise capitalista atual, buscando entender toda dinâmica da luta do primeiro emprego, a relação desses jovens com sua família que muitas vezes são obrigados a entrar no mercado para aumentar a renda familiar, a preparação, as políticas públicas e a precarização do emprego após a reestruturação produtiva.

**Palavras-chave:** Juventude, trabalho e renda.

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to discuss the relationship of young people and their integration into the world of work in contemporary capitalist crisis facing the current, trying to understand the whole dynamics of the struggle for their first job, their relationship with their young family who are often forced into the market to increase family income, preparation, public policies and precarious employment after the restructuring.

**Key words:** Youth, work and income.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). E-mail: vander2007@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).



## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho está estruturado em três partes. De início faço uma introdução resgatando alguns aspectos históricos do início do mundo do trabalho e a inserção de crianças e jovens nesse universo para entendermos a origem da relação entre trabalho e juventude, em seguida trago para debate alguns aspectos em relação à classe social e juventude Brasileira, e a necessidade desses jovens estarem entrando no mercado de trabalho e por fim faço um traçado do mundo do trabalho em relação aos jovens na atualidade.

## 2 A ORIGEM DO TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM CRIANÇA E JUVENTUDE

No início de sua história o homem vivia indefeso, sendo exposto a diversos tipos de perigos: da natureza, dos animais ou do clima era necessário o convívio social para se desenvolver. Foi através de sua inteligência e a necessidade de suplementar limitação que induziram o homem a buscar meios com propósitos de garantir sua sobrevivência. É nesse sentido que surge o trabalho, como criador de produtos, novos conhecimentos e aptidões, onde a natureza é transformada para criar condições para existência humana, porém ao modificar a natureza com sua ação, o homem altera também as formas de cooperação social ligadas às atividades produtivas.

O trabalho surgiu para produzir novos conhecimentos e habilidades. É, portanto, ao agir por intermédio do trabalho que o homem estabelece uma ruptura com o ser natural, dando origem ao ser social. Fundamentalmente, essa é uma atividade do homem na qual ele “mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e dos outros homens” (IAMAMOTO, 2005: 60).

Para Marx, o trabalho possui na sociedade uma dimensão ontológica de concepção da vida humana, e, é por meio dele que o homem transforma a natureza e a si mesmo, se humaniza, aprende através dela já que o trabalho:

“É a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação natural para satisfazer as necessidades humanas condição universal de metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural da vida humana,



independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais” (MARX,1993:153).

Historicamente, em relação entre criança, juventude e trabalho, podemos destacar o século XIX quando a mão de obra escrava começa a ser substituída pela mão de obra assalariada, considerada mais barata, e, dentro dos padrões das novas exigências da acumulação capitalista, incluindo aí a importação de imigrantes para diversos tipos de trabalho. Conforme Faleiros:

“Muitas crianças precisavam trabalhar para complementar a renda familiar devido à baixa remuneração dos pais. Os patrões, justificavam essa exploração em nome da proteção do menor, para evitar que ficassem nas ruas. Foram contra o primeiro código de menores, que autorizava o trabalho a partir de 12 anos se o menino estivesse frequentando o ensino primário, ou, senão, a partir dos 14 anos”. (FALEIROS, 2005:10)

Na Era do presidente Getúlio Vargas com a implementação da ditadura Militar, se consolida a política assistencialista e repressiva para a infância e adolescência. Destacando a Constituição de 1934 que estabelece no artigo 138 dentre outros que “Incube a União, Estados e Municípios proteger a juventude contra toda exploração, bem como o abandono físico, moral e intelectual”. (CONSTITUIÇÃO, 1934).

A partir de 1964 tem-se a preocupação do jovem no trabalho Industrial, nesse caso a política governamental da época se articulando junto a empresários, implementam a formação profissional, sendo criados o SENAI e SENAC ( Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Comercial) no qual a manutenção era garantida através de descontos na folha de pagamento e autorizados pelo governo porem o controle ficava nas mãos dos empresários.

Dentro desses processos também devemos destacar as mobilizações por direito de crianças e adolescente em 1986 que levaram a Assembleia Legislativa uma proposta que defende a doutrina da proteção integral, ao considerar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, prioridade absoluta e pessoa em desenvolvimento, sem enfoque na pobreza, no trabalho ou no assistencialismo, já na constituição de 1988 foi aprovado o artigo 227 que consagra a doutrina da proteção integral e que esta disposto na Lei 8060 de 13 de julho de 1990, conhecido como ECA (Estatuto da Criança e Adolescente).



Como sabemos a partir daí foi construído um sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente como a implementação do CONANDA ( Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) entre outros, devemos destacar que quanto ao Eca em relação ao trabalho algumas conquistas importantes como os seguintes artigos :

ART. 60 É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo a condição de aprendiz,

ART. 61 A proteção do trabalho adolescente é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nessa Lei.

ART. 65 Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

ART. 69 O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

- I – Respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento
- II – Capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho

### **3 CLASSE SOCIAL, JUVENTUDE E TRABALHO**

Em relação ao trabalho aumenta cada vez mais o número de jovens que ingressam no mercado de trabalho, sendo que a maioria esmagadora no mercado informal, enfrentando problemas como extensas jornadas de trabalho, má remuneração, atividades impróprias à pouca idade, falta de garantia dos direitos trabalhistas, acidentes e doenças por falta de ações preventivas no âmbito da política pública de saúde. Sendo que na busca do primeiro emprego, seja pela necessidade, esses jovens acabam se submetendo a condições precárias de trabalho.

“É possível afirmar, que ainda que o quadro do primeiro emprego mereça atenção, um dos focos centrais da ação das políticas a partir de agora deva levar em conta o fato de que estes jovens estão se lançando cada vez mais novos no mercado de trabalho. E desta forma, se submetem a trabalhos precários, com baixa remuneração e que colocam em risco a sua permanência na escola. E uma vez fora da escola, torna-se mais difícil o seu retorno. O que pode gerar, posteriormente, desafios maiores para conseguir oportunidades de trabalho formalizadas e com melhor remuneração”. (SOARES,RIZZINI,BUSH, 2010.p.93-94).

Embora, a população brasileira esteja mais educada e possua melhor infraestrutura, é ainda muito pobre, conforme um amplo segmento que é obrigado a residir em



favelas e loteamento periféricos, entre outros áreas consideradas de risco para a vida e para a saúde, e nessas condições os mais vulneráveis são sempre as crianças e jovens dependentes de famílias com renda mensal de até 1/2 Salário Mínimo per capita (Minayo, 1993).

Pesquisas nacionais têm mostrado que o trabalho está entre os principais assuntos que mais mobilizam o interesse dos jovens. O trabalho também é por eles indicado como um dos direitos mais importantes de cidadania, assim como um dos direitos essenciais dos quais deveriam ser detentores. Vale dizer que a centralidade do trabalho para os jovens não advém tão somente do seu significado ético, ainda que este seja relevante, mas resulta também, e, sobretudo, da sua urgência enquanto problema:

(...) é, sobretudo enquanto um fator de risco, instabilizador das formas de inserção social e do padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, como necessidade, no coração da agenda para uma parcela significativa da juventude brasileira. Ou, de outra forma, é por sua ausência, por sua falta, pelo não trabalho, pelo desemprego, que o mesmo se destaca. (GUIMARÃES, 2004, p.12).

Quanto às metamorfoses do trabalho jovem podemos perceber que hoje como ontem as condições trabalhistas permanecem as mesmas em algumas condições houve uma piora nos níveis trabalhistas devido a mudança no modelo de produção após a reestruturação produtiva visto a precarização das formas de trabalho. Tendo assim que ser tomadas medidas para aliviar a tensão entre trabalho e juventude.

“Um novo quadro se esboçou na década de 1980. A noção de irregularidade começou a ser duramente questionada na medida em que informações sobre a problemática da infância e da adolescência passaram a se produzir e a circular com maior intensidade. As estatísticas sociais retratavam uma realidade alarmante. Parcelas expressivas da população infanto-juvenil pertenciam a famílias pobres ou miseráveis”. (RIZZINI; PILOTTI, 2008 P.28).

#### **4 O JOVEM E O MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**

Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) são considerados jovens o indivíduo na faixa etária entre 15 e 24 anos. E segundo o conceito de alguns autores essa transição pode ser definida da seguinte forma:



“Este constitui um período de preparação/transição para o mundo adulto e de criação de novas formas e expressões de sociabilidade. No entanto, a instabilidade do mundo do trabalho, de relacionamento e mudanças no campo da educação (que agora pode ser buscada em várias etapas da vida), faz com que os elementos constituintes do que é “ser jovem” sejam transitórios e sujeitos de alterações.” (SOARES,RIZZINI,BUSH, 2010.p.23-24)

Em relação a questões trabalho devemos observar que a partir da crise capitalista iniciada na década de 1970, devido à queda na taxa de lucro do capital nos países desenvolvidos que altera o padrão de produção econômico após a reestruturação produtiva acabou acarretando baixos índices de crescimento da produção e da produtividade e como consequência crescente desemprego, aumento no numero de trabalhadores informais e precarização do trabalho.

Sendo o público jovem um dos mais atingidos com essa nova dinâmica do mercado, pois muitos não possuem experiência e nem qualificação, e estão em busca do primeiro emprego na maioria das vezes para complementar a renda de seus pais.

Também são observados fatores como escolaridade são de grande importância para a entrada de jovens no mercado de trabalho, percebemos uma grande disparidade entre as classes visto que os melhores níveis de renda estão atrelados a um maior numero de anos de permanência nas escolas, ao contraponto que jovens de menores rendas começam a trabalhar mais cedo abandonando os estudos, o que vai influenciar futuramente na situação econômica desses jovens.

Devemos destacar alguns esforços do governo através de programas governamentais na tentativa de aumentar a escolaridade de jovens bem como inseri-los no mercado de trabalho entre eles destacarei três que considero de extrema importância:

**JOVEM APRENDIZ** – Voltado para maiores de 14 anos e com menos de 24 anos cuja exigência e que o jovem esteja matriculado no sistema público de ensino.

**PROJOVEM** – Voltado para jovens com idade entre 18 e 24 anos de idade e como requisito não possuir carteira de trabalho, ter concluído a 4ª série e não ter concluído a 8ª série

**PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)** – Voltada para jovens com idade entre 18 e 24 anos e tem como objetivo a inserção de jovens no ensino superior privado, tendo como exigência que a renda familiar per capita de ate um salario mínimo (para bolsa integral) e ate três salários mínimos para bolsa parcial) e professores



da rede pública sem ensino superior também pode participar da seleção sem necessidade de comprovação de renda.

## 5 CONCLUSÃO

Vivemos em uma profunda crise capitalista em relação as questões referentes ao trabalho, levando a diversas indagações sobre os rumos trabalhistas dentro do nosso País, ao mesmo tempo em que exibe um vasto potencial econômico e tecnológico possui um enorme contingente de desprotegidos sociais, o preceito neoliberal acaba trazendo graves consequências para a vida dos trabalhadores e uma das questões centrais dessa exclusão é justamente o fator trabalho. A relação trabalho e juventude sempre geram temas polêmicos para debate e como vimos muitas vezes os jovens são figuras centrais dentro de uma sociedade que vive do trabalho, seja na procura do primeiro emprego, da necessidade de complementar renda da familiar, ou para se sentir incluído em uma sociedade voltada para o consumo onde os jovens são o principal objeto de desejo de todo esse mercado voltado para o consumo.

Através desse artigo podemos perceber toda desigualdade e exploração desde a infância ate a juventude em relação a questões de trabalho, a iniciativa do governo através de programas para tentar incluir esses jovens dentro do mercado, bem como a educação como fator primordial para esses jovens que desejam se qualificar e obter melhores posições dentro de um mercado cada vez mais competitivo.

Apesar dos esforços governamentais devo destacar a necessidade de maior investimento e eficiência por parte do governo na criação e gestão de políticas sociais voltadas para a inserção de uma grande parcela de jovens no mercado de trabalho, acredito que as políticas atuais apesar de sua importância continuam sendo focalizadas e ineficientes quanto ao seu resultado, a necessidade de um maior planejamento e articulação entre governo e executores de tais políticas são de extrema necessidade para se conseguir atingir um maior número de jovens que muita vezes se encontram sem rumo dentro da nossa sociedade.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 8.069/90 ESTATUDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (1990).

GUIMARÃES, Nadya. "Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil", in Abramo, Helena & Branco, Pedro (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação. 15ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. O Capital. 6 ed. Edição resumida Julian Borchard. Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1980

FALEIROS, V. de Infância e adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger. In Revista *Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 1, outubro de 2004

RIZZINI, I & PILOTTI, E. A arte de governar crianças: a história da políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Cortez, 2008.

SOARES (ORG.); RIZZINI, BUSCH (coordenação) *Juventude e elos com o mundo do trabalho: retratos e desafios* – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: CIESP; Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2010.